

Procedimento Administrativo N.º **016/2017**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Assunto: **AQUISIÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA CURSO DE
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PESSOAL**

Curso: A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A
IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES.

(Lei Federal n.º 8.666/93 – art. 25, c/c Lei Estadual PR 15.608/2007 – art. 33, II).

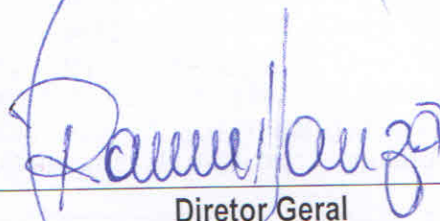
Valor R\$ 600,00.

Contratada: **SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM
GESTÃO PÚBLICA – ME**

NS Treinamentos e Capacitação Profissional em Gestão Pública.
CNPJ 12.137.995/0001-16

Autuação **01 de novembro de 2017.**

Santo Antônio do Caiuá – PR.



Diretor Geral
Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ - 01.589.918/0001-80

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Número: 16

Ano: 2017

Licitação

Procedimento de ☒ INEXIGIBILIDADE – Artigo 25, da Lei 8.666/93, c/c Artigo 33, Inc. II, da Lei Estadual PR 15.608/2007.

☐ DISPENSA

☐ PREGÃO

☐ COMPRA DIRETA

☐ _____

Objeto:

AQUISIÇÃO DE UMA INSCRIÇÃO PARA O CURSO “A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES”, Maringá – PR.

*Promovido pela NS TREINAMENTOS – Schneider Treinamento e Capacitação Profissional em Gestão Pública.
Data de 08 a 10/11/2017.
Local: Hotel Ibis Budget, Maringá – PR.*



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ - 01.589.918/0001-80

REQUISIÇÃO DE COMPRA

Ao Sr. Presidente
JOÃO CARLOS DE SOUZA

Ante o interesse na participação do curso "A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES" a ser realizado pela empresa SCHNEIDER TRINAMENTO E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - ME, no período de 08/11 a 10/11/2017, na cidade de Maringá – PR, conforme folder anexo.

O valor de cada inscrição é de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Justifica-se a aquisição da inscrição para fins de aperfeiçoamento pessoal da interessada, eis que o tema do curso é de importância para o desenvolvimento dos trabalhos legislativos.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 01 de novembro de 2017.

Atenciosamente,

Nicanora Ap. F. P. Carniel

NICANORA APARECIDA FERREIRA PEREIRA CARNIEL – CPF 865.720.089-91
Solicitante



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ - 01.589.918/0001-80

GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

DESPACHO

1. Recebi a presente solicitação nesta data;
2. Encaminhe-se, novamente, a Comissão Permanente de Licitação, para autuação do presente pedido, bem como proceda à pesquisa para contratação da empresa especializada para fornecimento do objeto do processo licitatório;
3. Entende-se estarem presentes os requisitos legais para o processamento da requisição de compra, eis que os interessados pretendem participar de curso visando à capacitação pessoal.
4. Desta forma justifica-se a necessidade e a conveniência para a referida compra.
5. De acordo com o estabelecido no art. 14¹ da Lei Federal n.º 8.666/1993, o Setor de Contabilidade, Orçamento e Tesouraria deverá informar sobre a existência de dotações orçamentárias para tal fim;
6. Após, deverá informar sobre a existência de disponibilidade de recursos para cobrir a despesa;
7. Com estas informações, seja encaminhado à apreciação da Assessoria Jurídica desta Casa de Leis, para exame e aprovação, quanto à legalidade, nos termos do parágrafo único², do art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/93, informando se o presente caso é ou não enquadrado com hipótese de inexigibilidade de licitação;
8. Atendidas as providências supramencionadas, que seja novamente conclusos os presentes documentos para posterior deliberação e, sendo caso, ratificação e homologação.
9. Cumpra-se.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 01 de novembro de 2017.


JOÃO CARLOS DE SOUZA
Presidente

¹ Lei de Licitações n.º 8.666/93. Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização do seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de que lhe tiver dado causa.

² Lei de Licitações n.º 8.666/93. Art. 38. Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso; II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite; III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite; IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem; V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora; VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade; VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação; VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões; IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente; X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso; XI - outros comprovantes de publicações; XII - demais documentos relativos à licitação. **Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Para o Sr. Presidente
JOÃO CARLOS DE SOUZA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 16/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Em atendimento ao despacho de Vossa Excelência, vimos, através do presente, autuar o procedimento licitatório, o qual passará a ser reconhecido pelo número supra indicado, bem como informar que nos termos do material de divulgação apresentado pelos requerentes, a Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá, contratará diretamente a empresa **SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME**, nome fantasia NS TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA, CNPJ n.º 12.137.995/0001-16, com sede na Rua Ramiro Barcelos, n.º 152, Centro, CEP 85.955-000, na cidade de MARIPÁ – PR, e-mail: contato@nstreinamentos.com.br, para fins de fornecimento de serviços técnicos especializados, qual seja fornecimento de curso de capacitação pessoal, por meio da aquisição de uma (1) inscrição para o curso “A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES”.

Cada uma das inscrições custará o montante de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Outrossim, esperamos a emissão de parecer jurídico a respeito da modalidade de licitação a ser adotada para a contratação em questão.

Ademais, aguardamos informações dos setores de Contabilidade, Orçamento e Tesouraria sobre as disponibilidades orçamentária e financeira para a aludida compra.

Razões pelas quais, aguardamos orientações quanto aos procedimentos a serem adotados, especialmente se se trata de caso de dispensa de licitação.

Respeitosamente,

Sala Licitação, 01 de novembro de 2017.

Comissão Permanente de Licitação:

Presidente

Membro

Membro

CURSO em MARINGÁ/ Pr- 08 a 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Temas:

- => A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES.**
- => A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES.**

Programação

Dia 08/11/2017 - Das 09:00h as 11:00h

- ⇒ Inscrições e credenciamento dos Alunos.
- ⇒ Entrega das Apostilas e material de apoio.
- ⇒ Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

Dia 08/11/2017 - Das 14:00h as 17:00h

A organização e funcionamento das Comissões nas Câmaras Municipais.

(Parte I)

Professor: (Dr. Bruno Grego Santos)

Dia 09/11/2017 - Das 09:00h as 11:30h

A Imunidade Parlamentar dos Vereadores e suas limitações.

Professor: (Dr. Willian A. de Souza)

Dia 09/11/2017 - Das 14:00h as 17:00h

A organização e funcionamento das Comissões nas Câmaras Municipais.

(Parte II)

Professor: (Dr. Bruno Grego Santos)

Dia 10/11/2017 - Das 09:00h as 11:00h

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.

Temário

A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES NAS CÂMARAS MUNICIPAIS.

- ☞ Introdução;
- ☞ Tipos de Comissões;
- ☞ Eleições;
- ☞ Composição;
- ☞ Instalação;
- ☞ Competências;
- ☞ Atribuições;
- ☞ Funcionamento;
- ☞ Proporcionalidade;
- ☞ Normas gerais.

A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES

- ☞ Histórico;
- ☞ Espécies de Imunidades;
- ☞ Privilégios e Prerrogativas;
- ☞ Decoro e Moral;
- ☞ Dano Moral;
- ☞ Alcance da imunidade aos Vereadores;
- ☞ Estudos de casos concretos.

Inscrições

Site:

www.nstreinamentos.com.br

Telefones:

**R.A.S. Consultoria - (45) 99837-0304
Normélio Schneider - (45) 99934-1188**

E-mail

contato@nstreinamentos.com.br

Local

HOTEL IBIS BUDGET

Maringá - Pr.

44-3302-2400

Investimento

VALOR DA INSCRIÇÃO:

R\$ - 700,00

600,00

**Incluso material de apoio,
apostilas, certificado e
coffee-break**

Pagamento

Depósito em nome de:

**RAS - CONSULTORIA E
TREINAMENTO EM GESTÃO
PÚBLICA.**

AG 4639-6 - C/C 8080-2

Banco do Brasil

CNPJ 22.094.483/0001-73

**Entrega de Certificado
somente com mínimo de 75%
de participação.**

**SEJAM BEM VINDOS
www.nstreinamentos.com.br**

PÚBLICO ALVO:

Dirigentes de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, Assessoria Parlamentar, bem como aos Prefeitos, Presidentes e Vereadores que são os gestores destas entidades e que respondem pela Prestação de Contas junto aos Tribunais.

CURRICULUM:

Dr. BRUNO GREGO SANTOS

Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/Pr, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Innovare na categoria Advocacia Laurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho.

CURRICULUM:

Dr. WILLIAN ALVES DE SOUZA

Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, com a obtenção do título "Láurea Acadêmica"; Pós-graduado em Direito Civil, Processo Civil e Direito do Trabalho pelo Centro Universitário de Maringá; atua na área pública desde o ano de 2010 através de consultoria e assessoramento a órgãos públicos; palestrante de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal voltados à gestão pública.

OBJETIVO:

A **NS-TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA**, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional do Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

09

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (se houver somente se for referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) NORMÉLIO SCHNEIDER			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL Separado(a) judic.	
SEXO <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	REGIME DE BENS (se casado)		
FILHO DE (pai) GUIDO SCHNEIDER		(mãe) HEDA SCHNEIDER	
NASCIMENTO EM (data de nascimento) 41-01-961	IDENTIDADE número 2.183.197-2	Órgão emissor SSP	UF PR
CPF (número) 645.000.049-04			
EMANCIPADO POR (entre de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIO NA (LOGRADOURO - AL. 9V, etc.) RUA RAMIRO BARCELOS		NÚMERO 152	
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85955-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO MARIPÁ	UF PR		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do PARANÁ:			
CÓDIGO DO ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 080	DESCRIÇÃO DO EVENTO INSCRIÇÃO
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA RAMIRO BARCELOS		NÚMERO 152	
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85955000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial)
MUNICÍPIO MARIPÁ	UF PR	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) HUM MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 8599-6/04 Atividades secundárias 8599-6/99	DESCRIÇÃO DO OBJETO TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 01-07-2010	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSPERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assessor/interlocutor) SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA			
DATA DA ASSINATURA 17-06-2010	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE Junta Comercial do Paraná Daniel de Andrade RG 3.285.871-4 Escritório de Assis Chateaubriand 24 JUN/2010			
AUT. JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ AGÊNCIA REGIONAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND CERTIFICADO DE REGISTRO EM 24/06/2010 SOB NÚMERO: 41106843861 Protocolo: 10/653763-0 DE 24/06/2010 SECRETARIO GERAL LUIZ CARLOS SALVARO			

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

10

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
12.137.995/0001-16
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
24/06/2010

NOME EMPRESARIAL
SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA - ME

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
NS TREINAMENTO E CAPAC. PROF. EM GESTAO PUBLICA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO
R RAMIRO BARCELOS

NÚMERO
152

COMPLEMENTO

CEP
85.955-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
MARIPA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(44) 3687-1000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/06/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 11/09/2017 às 15:03:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MARIPÁ - PR

MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 - CEP 85.955-000 - Fone/Fax (44) 3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br / site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ: 95.583.571/0001-02



CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS

Nº 1517/2017

Emitida em: 11/09/2017

[CONTRIBUINTE]

Nome/Razão:	SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA-ME	Código: 83615
CNPJ/CPF:	12.137.995/0001-16	
Endereço:	Rua RAMIRO BARCELOS, 152	
Complemento:		
Bairro:	CENTRO	Cidade: Maripá - PR

[FINALIDADE]

CERTIFICO, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos Órgãos competentes desta Prefeitura, sobre a Pessoa Jurídica/Física, NÃO CONSTAM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, vencidos, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas sobre a Pessoa Jurídica/Física acima identificada que vierem a ser apuradas.

A presente CERTIDÃO é válida sem rasuras até 10/11/2017 e cópia da mesma só terá validade se conferida com a original.

Maripá - PR, 11 de setembro de 2017

ANEXO IV
DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO
INCISO XI DO ART. 4º
(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da
IN RFB nº 1.244/2012)

Ilmo. Sr.
NOME EMPRESA TOMADORA

SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM
GESTÃO PÚBLICA, com sede na Rua Ramiro Barcelos, 152 - Centro, no Município de Maripá,
estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 12.137.995/0001-16 DECLARA à (NOME DA
EMPRESA TOMADORA), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social
sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
(Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de
dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de
Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples
Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão,
os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem
como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação
patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a
legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de
informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente,
eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas
informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as
demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária,
relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -
Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de
1990).

Maripá-Pr, 01 de Dezembro de 2013.


NORMELIO SCHNEIDER
Diretor/Proprietário



Prefeitura do Município de Maripá

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 - Centro - CEP 89.955-000
e-mail: tributacao@maripa.pr.gov.br - Fone/Fax: (44)3687-1262

13

Alvará de Licença para Funcionamento

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARIPÁ, ESTADO DO PARANÁ, CONCEDE O PRESENTE ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO, ENQUANTO SATISFEITAS AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL 742	DATA DE ABERTURA 01/07/2010	ALVARA Nº 182/2017	VALIDO ATÉ 31/12/2017
CPF / CNPJ 12.137.995/0001.16		RG / INSCRIÇÃO ESTADUAL	
NOME / RAZÃO SOCIAL SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA-ME			
NOME FANTASIA / SOBRENOME NS TREINAMENTO E CAPAC. PROF. EM GESTAO			
LOGRADOURO RUA RAMIRO BARCELOS			NÚMERO 152
CEP 85.955.000	BAIRRO CENTRO	COMPLEMENTO	
ATIVIDADE PRINCIPAL Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 8599.6/04.00			
ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S) 8599.6/99.00 Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			

Horário para Funcionamento

Segunda à Sexta-feira:	LIVRE até LIVRE
Sábado:	LIVRE até LIVRE
Domingo:	LIVRE até LIVRE

MARIPA, 23 de janeiro de 2017.

LIDIA INES BENOVIK KURTZ
Secretaria de Finanças

Secretaria de Finanças

Coordenadoria de Tributação



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA - ME

CNPJ: 12.137.995/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 16:01:33 do dia 21/09/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/03/2018.

Código de controle da certidão: **336F.699A.AD0F.2C5A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

15

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 016873511-09

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 12.137.995/0001-16

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/01/2018 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12137995/0001-16
Razão Social: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GES
Nome Fantasia: NS TREINAMENTO E CAPAC PROF EM GESTAO PUBLICA
Endereço: RUA RAMIRO BARCELO 152 / CENTRO / MARIPA / PR / 85955-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/11/2017 a 30/11/2017

Certificação Número: 2017110103230270880098

Informação obtida em 06/11/2017, às 14:12:16.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.137.995/0001-16
Certidão n°: 136789948/2017
Expedição: 11/09/2017, às 15:05:58
Validade: 09/03/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA - ME (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 12.137.995/0001-16, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ASSESSORIA JURÍDICA

Procedimento Administrativo n. 16/2017 Inexigibilidade de Licitação.

Iniciativa: Poder Legislativo.

Síntese: Trata-se de procedimento administrativo para aquisição de uma inscrição para o curso "A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES", sob a responsabilidade da NS TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA (SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME).

PARECER JURÍDICO N.º 34/2017

Trata-se de procedimento administrativo de inexigibilidade de licitação, processado com o objetivo de autorização para a aquisição de inscrição (uma) em curso de capacitação, a ser ministrado sob a responsabilidade da empresa **SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME**, conforme indicado pela Comissão de Licitações.

Mesmo sendo dispensável, pelo presente parecer recomenda-se a adoção da inexigibilidade por se tratar de contratação de empresa para fornecimento de serviço específico, qual seja fornecimento de curso de capacitação e treinamento pessoal, no caso, os Vereadores requerentes.

O Art. 33, inciso II da Lei Estadual (PR) 15.608/2007 dispõe que:

*Lei 15.608/2007. Art. 33. É inexigível a licitação:
(...)*

II- para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 21 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresa de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

O artigo 21 citado no dispositivo supra define serviços técnicos profissionais especializados:

*Lei 15.608/2007. Art. 21. (...)
II- treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.*

Do mesmo modo, aplica-se a regra nacional para a inexigibilidade prevista no art. 25 da Lei n.º 8.666/93.

No presente caso, a aquisição da inscrição, no valor individual de R\$ 600,00 (seiscentos reais), em razão da particularidade da contratação, a instituição é exclusiva e única no fornecimento do tema proposto, inviabiliza-se a competição.

Mas, mesmo sendo hipótese de inexigibilidade de licitação, enquadrada no inciso II do art. 34 da Lei 15.608/2007, recomenda-se a observação no disposto no § 4.º no art. 35, quanto à formalização do procedimento licitatório, neste sentido:

Lei 15.608/2007. Art. 35. A dispensa ou a inexigibilidade de licitação requer sempre ato formal fundamentado da autoridade competente, com exceção das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 34 desta Lei:

(...)

§ 4.º O processo de dispensa e de inexigibilidade será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I- numeração sequencial da dispensa ou inexigibilidade;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ - 01.589.918/0001-80

- II- caracterização da circunstância de fato que autorizou a providência;
- III- autorização do ordenador de despesa;
- IV- indicação do dispositivo legal aplicável;
- V- indicação dos recursos orçamentários próprios para a despesa;
- VI- razões para escolha do contratado;
- VII- consulta prévia na relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná;
- VIII- justificativa do preço, inclusive com a apresentação de orçamentos ou da consulta aos preços de mercado;
- IX- documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados;
- X- pareceres jurídicos e, conforme o caso, técnicos, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade;
- XI- no caso de dispensas com fundamento nos incisos I e II do art. 34 desta lei, expressa indicação do valor estimado para a contratação, podendo ser dispensada nestas hipóteses a audiência do órgão jurídico da entidade;
- XII- prova de regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, bem como de regularidade para com a Fazenda do Estado do Paraná;
- XIII- prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos/CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRS.

Mostra-se, portanto, possível e adequada à adoção da inexigibilidade de licitação para a aquisição em questão.

Conclusão:

Por tudo isto, tendo em vista que a referida contratação para a aquisição de móveis e outros, conforme consta deste caderno procedimental; é hipótese de dispensa de licitação, em especial, a prevista pelo art. 25, II da Lei Federal n.º 8.666/93 e no inciso II do art. 33 da Lei 15.608/2007, OPNO pela inexigibilidade da licitação com a aquisição direta das duas inscrições para o objeto indicado, devendo ser encaminhado ao Presidente para ratificação e publicação no prazo legal.

S.M.J.

É o parecer.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 06 de novembro de 2017.


Mário Nielsen Júnior

Adv. OAB/PR 40.734
Assessor Jurídico
Portaria n.º 006/2013



CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E TESOUREARIA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 16/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ao Presidente da Câmara Municipal
Sr. JOÃO CARLOS DE SOUZA

Senhor Presidente,

Em atendimento ao determinado no vosso respeitável despacho, quanto à verificação da disponibilidade orçamentária e financeira necessárias para o pagamento da aquisição do objeto indicado neste caderno procedimental, temos a informar que existe previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento da obrigação, sendo que serão utilizadas as dotações orçamentárias nas seguintes rubricas:

Órgão 01 – Poder Legislativo;
Unidade 01.01 – Câmara Municipal;
Funcional 01.031.001 – Programa do Processo Legislativo;
Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços Legislativos;
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 100001.01.07.00 (0001) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviço de seleção e treinamento.

Disponibilidade financeira, nesta data, para a dotação é de R\$ 39.864,81 (trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos), segue em anexo o demonstrativo orçamentário.

Informa-se, ainda, que verificada a disponibilidade financeira, junto a Tesouraria, tem-se que a mesma existe, sendo assegurado o pagamento da obrigação no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) valor corresponde ao objeto da inexigibilidade de licitação.

Após ratificação e autorização de compra, na dotação indicada restará o saldo de R\$ 39.264,81 (trinta e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

Santo Antônio do Caiuá - PR, 06 de novembro de 2017.

Antônio Heber Costa

Contador
CRC n.º 053.515/O-8
Portaria n.º 002/2013

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO CAIUA						
Órgão:	01	LEGISLATIVO				
Unidade:	01	CÂMARA MUNICIPAL				
Funcional:	01.031.0001.2.001	Manutenção dos Serviços Legislativos				
1	3.1.90.11.00.00.00.00	100001.01.07 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO	Não	Não	0,00	103.040,39
2	3.1.90.13.00.00.00.00	100001.01.07 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Não	Não	0,00	25.326,25
3	3.1.90.16.00.00.00.00	100001.01.07 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CI	Não	Não	0,00	1.191,02
4	3.3.90.14.00.00.00.00	100001.01.07 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	Não	Não	0,00	2.767,16
5	3.3.90.30.00.00.00.00	100001.01.07 MATERIAL DE CONSUMO	Não	Não	0,00	8.494,57
6	3.3.90.33.00.00.00.00	100001.01.07 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Não	Não	0,00	3.573,05
7	3.3.90.35.00.00.00.00	100001.01.07 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	Não	Não	0,00	14.292,19
8	3.3.90.36.00.00.00.00	100001.01.07 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	Não	Não	0,00	1.191,02
9	3.3.90.39.00.00.00.00	100001.01.07 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	Não	Não	0,00	39.864,81
10	4.4.90.52.00.00.00.00	100001.01.07 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Não	Não	0,00	10.408,00
Total da Funcional:						210.148,46
Total da Unidade:						210.148,46
Total do Órgão:						210.148,46
Total da Entidade:						210.148,46
Total Geral:						210.148,46

SANTO ANTONIO DO CAIUA, 06/11/2017

JOÃO CARLOS DE SOUZA
PRESIDENTEMARIA LUIZA DE ALMEIDA
1º SECRETÁRIOANTONIO HEBER COSTA
CONTADOR CRC/PR 053515/O-8EDISON PEREIRA DA SILVA
CONTROLADOR INTERNO

DOTAÇÃO DETALHADA:

COMPLEMENTO DO ELEMENTO

DIÁRIAS – AGENTES POLÍTICOS:

3.3.90.14.14.03.00.00

SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO:

3.3.90.39.48.00.00.00



ATA DELIBERAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Procedimento Administrativo n.º 16/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ata de deliberação referente ao procedimento de inexigibilidade de licitação para aquisição de taxa (uma) de inscrição no Curso "A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES" que será promovido pela SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, no período de 08 a 10 de novembro de 2017, na cidade de Maringá – PR.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às onze (11h00min) horas, nas dependências da Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá, Estado do Paraná, em sessão pública, sob a presidência de BEDLYN JANINE ROMANIN DOS SANTOS, tendo como membros Antônio Heber da Costa e Ronaldo Campos de Souza, reuniu-se a comissão de licitação designada pela Resolução nº 02/2017, para deliberarem sobre o procedimento administrativo nº 14/2017.

Aberta a sessão pela Presidente, decidiu-se, por unanimidade, pela inexigibilidade, conforme o que consta deste caderno procedimental e do relatório de justificativa para inexigibilidade de licitação que segue adiante.

Deixada livre a palavra e como ninguém fez uso, o Presidente deu por encerrada a sessão de cujos trabalhos eu, BEDLYN JANINE ROMANIN DOS SANTOS, Presidente, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos membros da comissão de licitação.

Comissão de Licitações:


BEDLYN JANINE ROMANIN DOS SANTOS
Presidente


ANTÔNIO HEBER COSTA
Membro


RONALDO CAMPOS DE SOUZA
Membro



RELATÓRIO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

A Comissão de Licitação, reunida no dia 06 de novembro de 2017, às 11h, no prédio da Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá, Paraná, para analisar e deliberar sobre o presente PROCESSO ADMINISTRATIVO autuado sob o n.º 16/2017 para pagamento de taxa de inscrição no curso *A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES*, ministrado sob a supervisão da empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME tem a relatar o que segue:

OBJETO DA INEXIGIBILIDADE: Pagamento de 1 taxa de inscrição no evento/curso *A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES*, sob a responsabilidade da empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, nos dias 08 a 10 de Novembro de 2017, na cidade de Maringá – PR. Valor individual de cada inscrição de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A Comissão de Licitação propõe o pagamento do referido objeto, nos termos do art. 25 da Lei 8.666/93 c/c art. 33 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, eis que é inviável a competição. O objeto deste procedimento é participação em curso de aperfeiçoamento e capacitação pessoal. É fornecido por empresa especializada, exclusiva e única, inviabilizando a competição, configura-se a inexigibilidade. É o que se aplica no presente caso.

VALOR DO OBJETO: Pagamento de uma inscrição, no valor total de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FORMA DE PAGAMENTO: As despesas decorrentes do processo correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas pelo Setor de Contabilidade e Tesouraria: Órgão 01 – Poder Legislativo; Unidade 01.01 – Câmara Municipal; Funcional 01.031.001 – Programa do Processo Legislativo; Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços Legislativos; Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 100001.01.07.00 (0001) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviço de Seleção e Treinamento. O pagamento se dará por meio de operação bancária (depósito/transferência) on-line em conta bancária vinculada à fornecedora, após emissão da nota fiscal e do regular empenho.

CONCLUSÃO: Pelo exposto, com base no contido neste processo administrativo, a Comissão de Licitação emite parecer: o pagamento do objeto deste processo administrativo n.º 16/2017 por se tratar de situação enquadrada nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c art. 33, da Lei Estadual (PR) n.º 15.608/2007, tendo em vista tratar-se de aquisição de 1 taxa de inscrição no evento/curso *A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES*, a ser realizado pela SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, nos dias 08 a 11 de NOVEMBRO de 2017 na cidade de Maringá – PR.

Santo Antônio do Caiuá/PR, 06 de novembro de 2017.

BEDLYN JANINE ROMANIN DOS SANTOS
Presidente

ANTÔNIO HEBER COSTA
Membro

RONALDO CAMPOS DE SOUZA
Membro



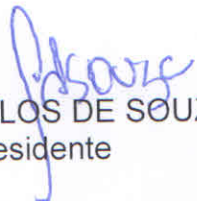
GABINETE DA PRESIDÊNCIA.

Procedimento Administrativo N.º 16/2017 – *Inexigibilidade de Licitação.*

DESPACHO

1. Estado, o presente procedimento administrativo, devidamente autuado, contendo as informações necessárias fornecidas pela Comissão Permanente de Licitação, da Assessoria Jurídica, do setor de Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dando conta da possibilidade de pagamento;
2. Tendo em conta, também, Douto parecer prévio da Assessoria Jurídica, informando a legalidade da inexigibilidade de licitação, pelas razões ali expostas, em razão da legalidade do procedimento, determino que seja realizado o pagamento de UMA taxa de inscrição no evento/curso "A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES", ministrado pela empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, nos dias 08 a 10 de NOVENBRO de 2017 na cidade de Maringá – PR.
3. Cumpra-se, procedendo-se a publicação nos termos da Lei.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 06 de NOVENBRO de 2017.


JOÃO CARLOS DE SOUZA
Presidente



EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Procedimento Administrativo n.º **16/2017**

OBJETO: Aquisição de UMA inscrição para participação no curso "A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, A IMUNIDADE PARLAMENTAR DOS VEREADORES E SUAS LIMITAÇÕES", nos dias 08 a 10 de NOVEMBRO de 2017 na cidade de Maringá – PR.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Santo Antônio do Caiuá
CNPJ/MF n.º 01.589.918/0001-80

CONTRATADA: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME.
CNPJ n.º 12.137.995/0001-16, com sede na Rua Ramiro Barcelos, n.º 152, Centro, CEP 85.955-000, fone 44 3687-1000, e-mail contato@nstreinos.com.br, na cidade de Maripá – PR.

LEGALIDADE: Inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso II, do art. 25 da Lei Federal n.º 8.666/93 e inciso II, do art. 33, da Lei Estadual (PR) n.º 15.608/2007.

VALOR: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

DOTAÇÕES: Órgão 01 – Poder Legislativo;
Unidade 01.01 – Câmara Municipal;
Funcional 01.031.001 – Programa do Processo Legislativo;
Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços Legislativos;
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 100001.01.07.00 (0001) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviço de Seleção e Treinamento.

RATIFICAÇÃO: Acolho os argumentos constantes do relatório de justificativa de inexigibilidade de licitação, para execução do objeto do presente Procedimento Administrativo nº 13/2017, inexigibilidade de licitação, ficando o órgão competente autorizado a emitir os documentos necessários para a plena consolidação do previsto neste processo, ratificando todos os atos praticados.

Santo Antônio do Caiuá – PR, 06 de novembro de 2017.


JOÃO CARLOS DE SOUZA
Presidente Câmara Municipal

